REQUERIMENTO Nº 280/2023

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a privatização da COPEL.

Senhor Presidente,

A Vereadora abaixo assinada requer a Vossa Excelência, ouvida a Casa, amparado no disposto na Lei n° 2.498, de 19 de dezembro de 2001, que "*Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas e dá outras providências*", a realização de Audiência Pública com a presença de autoridades, representantes da sociedade civil organizada, do Poder Executivo Municipal e de demais interessados, com a finalidade debater sobre a privatização da COPEL.

JUSTIFICATIVA

A Copel – Companhia Paranaense de Energia é a maior empresa do Estado[1], criada em 26 de outubro de 1954, com controle acionário do Estado do Paraná. Abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (BM&FBovespa) e tornou-se em julho de 1997 a primeira do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Sua marca também está presente, desde junho de 2002, na Comunidade Econômica Européia, com seu ingresso na Latibex – o braço latinoamericano da Bolsa de Valores de Madri.

A companhia atende diretamente a 4,5 milhões de unidades consumidoras em 394 municípios e 1.113 localidades (distritos, vilas e povoados) no Paraná.

A privatização da COPEL foi aprovada[2], no dia 24 de novembro de 2022, três dias após o estado do Paraná revelar planos de se desfazer do controle da Copel – o projeto de lei 493/2022 de autoria do governador do estado Carlos Massa Ratinho Junior, que propõe transformá-la numa companhia de capital disperso sem acionista controlador. O processo de privatização prevê um modelo de privatização diferente da "clássica", e será muito semelhante à privatização da Eletrobrás, que contou com a capitalização da companhia.

[1] https://www.copel.com/site/institucional/nossa-historia/

[2] https://canalsolar.com.br/projeto-de-privatizacao-da-copel-e-aprovado-no-parana/#:~:text=Foi%20aprovado%2C%20no%20dia%2024,capital%20disperso%20sem%20acionista%20controlador.

De acordo com o modelo, a privatização contará com uma oferta secundária de ações ordinárias e units, tendo em vista que o estado do Paraná pretende manter uma participação total igual ou superior a 15%, com pelo menos 10% das ações com direito a voto. Atualmente, o Paraná possui 69,7% das ações ordinárias com direito a voto e 31% das ações totais.

No dia 17 de abril de 2023, uma audiência pública que aconteceu na Assembleia Legislativa do Paraná, relembrou o histórico movimento contra a privatização da Copel, ocorrido em 2001, que reuniu milhares de assinaturas em um inédito projeto de iniciativa popular e foi relembrado pela deputada estadual Luciana Rafagnin, que era parlamentar à época: "A população se mostrou muito forte naquela época, dando origem ao projeto de iniciativa popular, fazendo parte da história da nossa estatal. Se vendermos a Copel, nós sabemos que, pelo histórico daquilo que conhecemos das privatizações, o estado perde o controle das tarifas, teremos tarifas altas, apagões, e terminam programas e projetos importantes socioeconômicos, educacionais e científicos", citou[3].

Ante o exposto, e tendo em vista os enormes reflexos que uma privatização traz, é necessário o amplo debate – inclusive a nível municipal - em relação a essa temática, buscando saber, ouvir e levar em consideração a opinião (técnica ou pessoal) das pessoas diretamente envolvidas, interessadas e afetadas por este tema, o presente requerimento mostra-se necessário a sua aprovação.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, 2 de maio de 2023.

Yasmin Hachem

Yasmin Hachem
Vereadora

Kalito Stoeckl
Vereador

[3] https://www.brasildefatopr.com.br/2023/04/17/audiencia-publica-defende-mobilizacao-popular-contra-venda-da-copel